

Economia - Brasil **Refis, programa promissor e arriscado**

É uma decisão realista e boa para o Tesouro e para a economia, segundo o governo. É uma decisão injusta e perigosa, segundo os críticos. As duas avaliações contêm alguma verdade sobre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Por esse programa, empresas devedoras do Tesouro e da Previdência poderão consolidar e renegociar seus débitos. Terão desconto das multas e redução dos juros. Além disso, poderão ter acesso, de novo, a créditos oficiais. Esse acesso é normalmente vedado a quem está inscrito no Cadin, o cadastro dos inadimplentes. O benefício havia sido anunciado, inicialmente, como destinado somente a pequenas e microempresas. Mas foi estendido, afinal, a todo o universo empresarial, com exclusão das instituições financeiras e companhias de factoring.

Para participar do programa, o empresário terá de aceitar certas condições. Uma delas será pagar mensalmente, para liquidação dos atrasados, certa porcentagem mínima do faturamento do mês anterior. Além disso, terá de manter em

dia as demais obrigações fiscais, permitir à Receita acesso irrestrito a informações econômicas e financeiras (esta condição certamente afastará muitas empresas do programa) e pagar o Imposto de Renda com base no lucro presumido. Com isso o governo conseguirá, segundo os defensores do programa, restabelecer o fluxo corrente de impostos e contribuições. Ficará livre de uma série de processos, porque os empresários terão de reconhecer as dívidas, de forma irretirável, e ainda ganhará acesso a grande número de informações preciosas. Isso poderá facilitar – embora ninguém tenha mencionado este ponto – a fiscalização de outras empresas, fornecedoras, por exemplo.

A nova situação das empresas beneficiadas poderá resultar em mais negócios, maior investimento e recuperação mais pronta. Isso poderá criar empregos e facilitar também o ajuste das contas públicas, pelo aumento da arrecadação. Haverá maior segurança, portanto, para a redução de juros. Esses fatores poderão contribuir, enfim, para a formação de um círculo virtuoso. O paco-

te, portanto, tem um alcance potencial bem maior que o dos benefícios destinados às pequenas e microempresas.

O programa, no entanto, tem aspectos criticáveis. Para começar, o bom pagador de impostos e contribuições tem o direito, mais uma vez, de sentir-se no papel de tolo. Muitos empresários mantêm suas obrigações em dia, às vezes com sacrifício, enquanto seus concorrentes sonegam sem hesitação. Há muito estímulo ao sonegador, no Brasil. Um deles é a lentidão da cobrança. O próprio governo, em suas campanhas de recolhimento de impostos, denuncia o sonegador como concorrente desleal do bom contribuinte. De tempos em tempos, no entanto, alguma anistia ou renegociação beneficia o mau pagador. Não está ocorrendo algo dessa natureza, novamente? Mesmo sem anistia, há um benefício a quem concorreu deslealmente.

Apesar de tudo, o governo conseguiu apresentar alguns

argumentos apreciáveis para fundamentar sua decisão. Mas, para levar a sério esses argumentos, é preciso confiar na eficiência do controle prometido. Sem esse controle, o governo estará apenas concedendo mais fôlego a grandes sonegadores e até a empresários envolvidos em apropriação indébita. Haverá, nesse caso, além

de injustiça contra os bons contribuintes, uma desmoralização do governo e de sua política de ajuste fiscal. Nenhuma pessoa prudente desprezaria esse risco.

No Brasil, renegociação nem sempre termina como fora planejado. O refinanciamento dos débitos da agricultura já passou por três etapas de benefícios e, cada vez, foi difícil evitar concessões ainda maiores. Governadores também têm pressionado o presidente por uma revisão dos acordos de refinanciamento. Já há empresários sugerindo condições mais favoráveis que as do Refis. O presidente está preparado para resistir?

**Renegociação
pode ajudar a
economia. Se
faltar controle,
premiará
sonegadores**

07 OUT 1999

O ESTADO DE SÃO PAULO